



TJPR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ



Comitê Interinstitucional de enfrentamento ao covid-19 no sistema socioeducativo

Ata de Reunião

Reunião on-line

Data: 14 de julho de 2022.

Início: 14:00min

[Reunião gravada pelo sistema TEAMS](#)

Participantes

<p>Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Des. Ruy Muggiati - Supervisor do GMF Dra Noeli Salete Tavares Reback, Juíza Coordenadora Estadual - CIJ/TJPR Dra. Claudia Catafesta - GMF/TJPR Nelson Leitão - Assessoria do GMF Elen Tayane Pontes de Almeida - Estagiária de Graduação - GMF Liandra Nunes Costa - Estagiária de Pós- Graduação - GMF</p> <p>Fazendo Justiça CNJ/PNUD Dra. Flávia Palmieri de Oliveira Ziliotto</p> <p>Ministério Público do Estado do Paraná Dra. Danielle Tuoto - MPPR/CAOPCAE</p> <p>Defensoria Pública do Paraná</p>	<p>Secretaria de Segurança Pública - SESP Dra. Eliete Aparecida Kovalhuk</p> <p>DEASE - Departamento de Atendimento Socioeducativo (SEJUF) Alison Adalberto Batista, responsável pela Divisão de Vagas e Informações Luciana Mara Finguer Edna Luiza dos Santos</p> <p>OAB/PR Dra. Karina Sabatke</p>
--	--

Assuntos da Pauta

1. Aprovação da ata da reunião do dia 09 de junho de 2022;
2. Atualizações DEASE: alteração de direção e gestores; boletim informativo covid-19 e da imunização no sistema socioeducativo;
3. Deficiência de Recursos Humanos no socioeducativo;
4. Programa de acompanhamento pós cumprimento de medida socioeducativo (egressos);
5. Estatísticas de atos infracionais - Levantamento pela SESP;
6. Possibilidade de unificação do comitê com a comissão PEAS;
7. Evento em comemoração ao ECA a ser realizado em outubro de 2022;
8. Encaminhamentos.

Principais tópicos

- Realizada a atualização dos dados sobre o covid 19 do de departamento de atendimento socioeducativo – Dease, conforme boletim anexo ([clique aqui](#)); destacou-se

- que a situação encontra-se sob controle, do ponto de vista epidemiológico;
- Por Alison, informou a atualização do quadro de profissionais do DEASE: Lídia Ivone Ribas, diretora do DEASE; Dr. Eron, Divisão de Segurança; Eloise, Divisão de Planejamento; Alison, Divisão de Vagas; Luciana Finger, Divisão Psicossocial; Edna, Divisão de saúde; Laurita, Divisão de Educação; Nilcéia, Divisão Administrativa;
 - Relatou sobre o surto de covid-19 na unidade Joana Richa e as medidas tomadas para tratamento da situação junto à Secretaria de Saúde;
 - Dease informou que o contingenciamento das vagas e protocolo de isolamento continua vigente, sendo que existe disponibilidade de vagas no sistema estadual;
 - Como ressalva em relação à existência de vagas, trata-se da Unidade Joana Richa, que é uma unidade feminina e possui 8 meninas na fila de espera. Nesse sentido, buscam articulações para a construção de outra unidade feminina no interior do Estado; a estrutura da unidade Joana Richa apresenta dificuldades estruturais para ampliação, tendo em vista a necessidade de garantia de espaços para os isolamentos sanitários em razão da pandemia;
 - sobre a reposição da equipe técnica das unidades, ou seja, a reposição de recursos humanos, o departamento aguarda manifestação da Secretaria da Fazenda em relação a reposição das vacâncias, para recomposição da força de trabalho;
 - Alison informou que existe concurso para contratação de mão de obra da saúde por processo seletivo (PSS) e que não existe a possibilidade de contratação de estágios para atuação nas unidades;
 - DEASE destacou que a maior falta de recursos humanos é de agente socioeducativo e nem existe autorização da SEFA para a contratação;
 - Sobre a questão da deficiência de recursos humanos, sugeriu-se a expedição de ofício à SEJUF, solicitando informações específicas, conforme encaminhamentos descritos ao fim desta ata;
 - Sobre a questão da criação do cargo de agente de segurança socioeducativo, sugeriu-se que conste do ofício para fins de demonstração do impacto financeiro desta carreira em relação à carreira técnica especializada, buscando-se saber se existe defasagem entre essas carreiras;
 - **Sobre o programa pós cumprimento de medida:** DEASE informou sobre a aprovação da prorrogação do programa pelo Paraná Seguros, aprovação pelo Governo do Estado e atualização do Termo de Referência com atualização de valores e adaptações teóricas e metodológicas, para adequações necessárias levando em consideração as limitações territoriais e orçamentárias para a execução do programa; destacou-se a dificuldade de Universidades atenderem todos os quesitos do programa, assim, conforme novo Termo de Referência, continua-se tendo a contratação de uma IES, porém, sem obrigatoriedade de possuir estrutura física em todos os territórios definidos no programa; posteriormente a execução desse projeto do Termo de Referência, buscar-se-á articulação para execução do programa;
 - **Adolescentes em carceragens:** o grupo de trabalho formado para a elaboração da instrução normativo encerrou suas atividades, com a elaboração do ato, que se encontra sob análise na Corregedoria do Ministério Público, e após aprovado, passará para as assinaturas;
 - **Estatísticas da SESP:** Dra. Elieta apresentou compilado de estatística sobre adolescentes em conflito com a Lei e comparativo com crimes cometidos por adultos ([disponível aqui](#));
 - **Evento dos comitês em outubro:** o evento previsto para o dia 15 de julho, em comemoração aos 32 anos do ECA, ficou transferido para outubro, durante a semana da criança;
 - **Transformação do comitê:** tendo em vista que o comitê tem tratado de temas para além do previsto na Recomendação 62/2020 do CNJ, propôs a transformação em comitê permanente, com o Covid como pauta permanente, vez que existem outros grupos com esse objetivo, como CEDCA, Comitê PEAS, GMF;

Encaminhamentos:

- a) expedição de ofício à SEJUF questionando sobre a contratação de técnicos para o sistema socioeducativo; previsibilidade de nomeação, número de vagas a serem supridas, viabilidade de contratação ou reposição das vagas, mencionando o novo cargo criado pela lei da polícia penal, se existe estudo de impactos dentro do socioeducativo e se alcançaria o nível de carreira no socioeducação; dados efetivos do pessoal, antes e depois; qual a previsão e estudos para a regularização das vagas de execução feminina, para as adolescentes, no Paraná; solicitar resposta no prazo de 15 dias;
- b) pelo DEASE, disponibilizar informações ao grupo sobre a ocupação nas unidades socioeducativas;
- c) DEASE: enviar informações a respeito do andamento do programa de acompanhamento de adolescentes após cumprimento de medidas socioeducativas, disponibilizando a atualização do Termo de Referência e apresentação de um cronograma de execução; apresentação de detalhes do andamento do programa;
- d) formação de um Grupo de Trabalho (GT), composto pelo Ministério Público, Judiciário (CONSIJ e GMF), DEASE, Defensoria Pública, dentre outros, para trabalhar a unificação do comitê com o PEAS, tornando a pauta do covid como pauta desse grupo único;

Próxima reunião 11/08/2022 às 14h00.